



A educação em tempos de Bolsonaro

■ Izabel Costa*

Uma educação crítica e politizada é um empecilho à implantação do Gilead à brasileira de Bolsonaro. Nas batalhas da educação, cada trincheira de resistência e **cada posição arrancada em vitória serão fundamentais** para o avanço do conjunto dos trabalhadores.

O governo Bolsonaro e os diversos congêneres conservadores eleitos em vários estados brasileiros têm claro que o controle sobre a educação é uma política estratégica para que sua visão de mundo avance e estabeleça uma hegemonia sobre a sociedade.

Os governos Lula-Dilma optaram por um modelo de coalizão partidária – que expressava a crença no pacto de classes como caminho estratégico para a mudança social – do qual não conseguiram se desentredar para dar um salto superior que propiciasse reformas estruturais no Brasil. Entretanto, é notório que essa experiência de 13 anos expandiu a educação pública e incorporou importantes extratos das classes populares ao ensino médio e superior na esfera federal.

Os avanços não podem ser minimizados, especialmente quando comparados ao desmonte em curso no governo Bolsonaro.

A década de governos petistas logrou construir uma política de valorização e de

carreira para o magistério com a criação do Piso Nacional (Lei 11.738/2008), que se tornou elemento chave nas lutas dos professores em escala nacional, e que ainda hoje guia as principais pautas de reivindicação.

A ampliação do FUNDEB abrangeu modalidades como a EJA e a educação infantil, e a liberação de verbas federais para a criação de vagas em creches e pré-escolas turbinou a campanha de muitos professores golpistas.

No ensino médio e superior, a ampliação da rede federal com a construção de Institutos e Universidades, a consolidação do sistema de cotas, o Ciências sem Fronteiras e as políticas de permanência modificaram a face elitizada de muitos cursos. No campo da gestão democrática houve uma clara política de valorização dos conselhos e das eleições para reitores nas instituições de ensino.

Apesar dos governos petistas não terem, de fato, realizado uma ativa política



de disputa social e cultural, os impactos das mudanças no campo educacional liberaram energias e fortaleceram segmentos sociais historicamente desvalorizados em nossa sociedade como jovens negros, mulheres e LGBTIs.

Bolsonaro e bolsominions elegeram a educação como principal alvo em vários campos das batalhas de 2019. Sobre as políticas de financiamento da educação pública, as ações do governo reforçam ainda mais a mercantilização do ensino, anunciando o corte de 30% do orçamento das instituições federais, e prometendo, através do Programa Future-se do MEC, a mudança na sua natureza jurídica, possibilitando inclusive cobranças de mensalidades. Definitivamente uma ponte para o passado.

Os cortes realizados logo no início do seu governo desvelam o projeto de destruição do conjunto da educação pública brasileira: bloqueio de investimentos em programas destinados à educação infantil e técnica, para obras em unidades do ensino básico, compra de mobiliário, capacitação de servidores e contenção em programas importantes como os de merenda e de transporte escolar. Em diversos estados, a EC 95, que limita por 20 anos os gastos públicos, ameaça dramaticamente o direito à educação de crianças e jovens, como na rede estadual do Rio que viveu uma drástica redução da sua rede de ensino com o fechamento de escolas, turmas e turnos.

As políticas de estado mínimo e de destruição dos direitos sociais, construídos e universalizados ao longo do século XX em nosso país, também atingem profundamente a educação.

Grande parte do funcionalismo público, nas prefeituras e estados da federação, é constituída por professores e funcionários da educação. As mulheres educadoras são um dos alvos da contrar-



reforma da previdência, e serão atingidas em cheio pelas suas principais medidas, como aumento da idade e do tempo de contribuição, caso sejam aprovadas. Esta reforma completa o tripé das medidas aprovadas pelo governo Temer, a reforma trabalhista e a autorização da terceirização em atividades fim. A sua consolidação significa uma ampliação da precarização e da desregulamentação das carreiras da educação. Na rede privada, essa lógica expande-se através dos mecanismos da pejetização e da uberização de professores. No caso dos funcionários poderá significar a sua substituição definitiva por terceirizados.

As batalhas da educação também estão em combate no campo político-cultural-ideológico, pois o projeto representado por Bolsonaro visa controlar o processo educativo, difundindo a sua visão de mundo retrógrada e elitista. Esses governos representam uma ameaça ao pensamento crítico e socialmente re-

ferenciado através da perseguição ideológica e da criminalização de professores, estudantes e funcionários. As políticas denominadas “Escola sem Partido” atentam não somente contra a liberdade de cátedra, mas se opõem a todos os avanços pedagógicos e educacionais, fruto de décadas de luta social por uma educação pública, laica, gratuita e de qualidade. Não é à toa que pretendem desconstruir a figura de Paulo Freire, pois o seu legado simboliza exatamente o oposto da lógica bolsonarista.

Outro viés do projeto reacionário é a narrativa nostálgica de valorização da ordem e da disciplina militarizada como solução para a crise educacional brasileira. Além do governo federal, vários estados têm como meta a instalação de unidades educacionais militares, através de convênios com as polícias e bombeiros. Esse projeto, em curso há alguns anos em estados como Goiás, necessita de uma política clara dos movimentos so-



A juventude também protagonizou diversas ações de luta nos dias 15 e 30 de maio, além do histórico questionamento estudantil às portas do Colégio Militar do Rio, onde se encontrava Bolsonaro em solenidade, demonstrando o **potencial da luta jovem na resistência ao retrocesso**



ciais diante de um quadro grave de crise de segurança pública no país.

Se no início da gestão o governo desferiu uma ofensiva sobre a educação, Bolsonaro também se deparou com o primeiro grande polo de resistência às suas políticas. Os trabalhadores da educação apresentam-se como um setor de ponta na luta contra a reforma da previdência, saindo na frente, novamente, com a marcação da greve geral da educação no dia 15 de maio pela CNTE. Antecedendo essa data, o anúncio do corte de verbas e o desrespeito aos estudantes, professores e funcionários das universidades e institutos federais, amplificaram a “balbúrdia”, e, pela primeira vez, sensibilizaram segmentos mais amplos da sociedade brasileira quanto à necessidade de defesa da educação pública.

A juventude também protagonizou diversas ações de luta nos dias 15 e 30 de maio, além do histórico questionamento estudantil às portas do Colégio Militar

do Rio, onde se encontrava Bolsonaro em solenidade, demonstrando o potencial da luta jovem na resistência ao retrocesso. Essas ações contribuíram para a adesão das redes públicas e privada em todos os níveis à greve geral do dia 14 de junho, demonstrando a necessidade de um enfrentamento unitário e do potencial de reação dos trabalhadores da educação.

Uma educação crítica e politizada é um empecilho à implantação do Gilead à brasileira de Bolsonaro. Nas batalhas da educação, cada trincheira de resistência e cada posição arrancada em vitória serão fundamentais para o avanço do conjunto dos trabalhadores, reconstituindo nos espaços educativos a motivação para a transformação e para a retomada do projeto de uma sociedade justa e igualitária e de uma educação libertadora. ■

■ ***IZABEL COSTA** é professora de história e coordenadora geral do SEPE-RJ

